

Memória coletiva: entre a resistência cultural e a criação do produto turístico na Ilha Grande:

HELENA CATÃO H. FERREIRA*

Ao mesmo tempo em que podemos observar um refazer constante de “resgates de memórias coletivas” e uma verdadeira febre na organização de dados buscando promover a recuperação ou o surgimento de identidades, presenciamos a utilização destes dados na conquista ou garantia de direitos ao território, mas também na constituição de produtos turístico-culturais.

Nas áreas em que são implantadas unidades de conservação da natureza, frequentemente, observamos um processo de desterritorialização por parte das populações locais, na medida em que suas práticas tradicionais passam a ser consideradas ilegais, transformando-se em crime ambiental. O interesse turístico por estas áreas tem se voltado principalmente para os elementos “naturais”, porém, a organização de uma memória coletiva relacionada a estas práticas e saberes desempenha um papel importante na afirmação de traços culturais e também na resistência a este processo de desterritorialização, promovendo argumentos em defesa do território nativo. Por outro lado, o interesse por elementos das culturas locais tem crescido significativamente, propiciando o surgimento de produtos turísticos diferenciados. Este processo pode ser observado na Ilha Grande, no município de Angra dos Reis /RJ, em que a identidade caiçara, referida às populações nativas da Ilha tem deixado seus significados depreciativos para promover um interesse pelos antigos habitantes locais.

Considerada ambientalmente importante por abrigar trechos representativos de Mata Atlântica e ecossistemas associados, a Ilha Grande, desde a década de 1970, passou a abrigar diversos tipos de unidade de conservação da natureza em seu território. A população nativa, que vivia do cultivo de pequenas roças e da pesca precisou modificar seus hábitos, na medida em que passaram a circular novas visões sobre estes espaços, produzindo uma retração do território nativo. A floresta em regeneração tomou o lugar das roças e o mar, anteriormente associado à pesca, se agitou com o vai e vem

* Universidade Federal Fluminense - UFF (professora), doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, membro do Núcleo de Estudos Socioculturais do Turismo-ESCU/UFF.

frenético dos barcos que conduzem os turistas. Para Halbwachs (1990) transformações em um lugar são capazes de afetar profundamente alguns indivíduos na medida em que suas lembranças ligadas a ele são apagadas; é como se perdessem uma parte de si mesmos. A mata, que hoje cresce por toda parte, encobre roças que ali existiram, encobre uma história vivida, um trabalho impresso nas terras. Apaga, portanto, parte de uma rede de relações que existiu entre os agricultores, com sua sociabilidade ligada aos mutirões, à tristeza, à revolta e ao medo, provocado pelas mudanças trazidas com as unidades de conservação. Ao mesmo tempo em que elas prevêm a preservação de ecossistemas e restos arqueológicos de populações extintas há longa data decreta o apagamento de uma história recente e presente. Ao perderem o direito às roças perderam também parte de seus afetos e marcos da memória.

A população da Ilha tem crescido devido a um grande fluxo de migrantes que chegam atraídos pelas oportunidades do trabalho com o turismo. Apesar das interações e das mudanças intensas provocadas por este processo, as populações nativas das diversas localidades da Ilha têm se identificado como caiçaras, que diferentemente de outros tempos, deixa de ter um sentido pejorativo e passa a nomear as pessoas “do lugar”. Entre estas populações mais identificadas como caiçaras está a da Vila do Aventureiro, entre outras.

O reconhecimento da pertença a um território aciona a discussão sobre a construção de identidades e o território da população do Aventureiro se estabelece nas visões sócio-ambientalistas, como o de uma população tradicional, um território caiçara. Enquanto esta esteve relativamente isolada, não precisou definir-se de tal forma. Com a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul e o assédio dos turistas, esta identidade foi se constituindo. Não só porque é na relação com o outro e a partir da visão do outro, no jogo dialético entre semelhança e diferença (OLIVEIRA, 1974), que se constroem as identidades. Mas também pelas inúmeras oportunidades que eles têm vivido de narração de seu passado e da elaboração de uma memória coletiva através das constantes perguntas dos pesquisadores, dos representantes do Estado, dos ambientalistas e dos turistas. Segundo Pollak (1992) a memória individual ou coletiva “é um elemento constituinte da identidade”, pois aciona sentimentos de continuidade e coerência importantes para uma pessoa ou um grupo na reconstrução de si. Considerando a identidade social como a imagem que se constrói de si para si mesmo e para os outros

(POLLAK, 1992) constitui-se num “fenômeno que se produz em referência a critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade que se faz por meio da negociação direta com os outros.”.

Segundo Halbwachs (1925) a construção da identidade parece estar ligada à reconstrução que se faz do passado a partir de tensões e conflitos do presente. Desta forma, a elaboração da identidade coletiva desta população tem se dado também através de uma seleção de fatos lembrados, debatidos e atualizados, a partir de estímulos de agentes externos sob forma de perguntas e informações sobre o passado e o presente do Aventureiro. Ao elaborarem perguntas os pesquisadores, mas também os turistas fornecem aos nativos roteiros de estímulo às lembranças. Além disso, trabalhos de agentes diversos, entre eles ONGs ambientalistas e o próprio Estado, fazem circular informações sobre histórias da Ilha Grande e sobre a cultura caiçara, que se mesclam aos fragmentos de memória dos habitantes contribuindo para a reconstrução da história do Aventureiro e para a reinvenção da tradição local.

A identidade caiçara torna-se importante, então, ao reafirmar o direito ao lugar, principalmente perante as leis ambientais, apelando ao direito consuetudinário. Faz sentido, ainda, por sublinhar diferenças, por legitimar costumes e direitos a estes costumes, e direitos também em relação à cosmografia de que fala Little(2002). Para o autor a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo social e depende de suas contingências históricas. É o esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Sua relação particular com o território diz respeito a uma cosmografia, que por sua vez está relacionada à “saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados, que utiliza para estabelecer e manter seu território”. Fala também que a história da ocupação do território está guardada na memória coletiva. Nos contextos de conflito, onde é preciso fazer sua defesa, observa-se uma tendência à unificação dos grupos. Sendo assim, a resistência contra as pressões exercidas por outros grupos e pelo governo impõe o aparecimento de outras formas territoriais.

Costumes nativos:

Muitos dos costumes e modos de vida tradicionais das populações locais, imbricados às práticas contemporâneas e globalizadas, permanecem, demonstrando ao observador

mais atento, visões de mundo próprias e diferenciadas. O *habitus* (BOURDIEU, 2002) nativo está intimamente relacionado ao processo de socialização dos habitantes locais. É o conhecimento adquirido em sua vida cotidiana, intimamente relacionada com o ambiente, conformando um capital cultural, uma “disposição incorporada”. Criado pela experiência social, gerador das representações e das práticas é responsável pela forma particular de sentir, pensar, perceber e de fazer de agentes e grupos. Funciona como um princípio inconsciente, como lente através da qual o mundo é percebido e como produtor das práticas. É também um esquema classificatório, princípio “de visão e divisão”. Está sempre se reestruturando, pois é produto da experiência passada e da presente. Todavia, embora aponte para a mudança, sua principal característica é a reprodução. No momento em que as condições objetivas se modificam ele ainda resiste. Desta forma, é produzida uma defasagem entre o antigo *habitus* e as novas condições, muitas vezes instaurando conflitos.

Desde que tiveram início as transformações operadas no modo de vida das populações da Ilha Grande em geral e da Vila do Aventureiro, em particular, o *habitus* nativo tem se reestruturado continuamente. No entanto, estas mudanças não se dão com a mesma rapidez e intensidade com que ocorrem as transformações objetivas. A história, “no seu sentido incorporado, que se tornou *habitus*” (BOURDIEU, 2002), (...) “opõe uma resistência surda e dissimulada” às mudanças. Neste sentido, muitas práticas tradicionais, agora proibidas pela legislação ambiental, podem ser ainda usadas clandestinamente, como a caça e a extração vegetal ou mineral (areia para construções), por exemplo, ou o desejo por antigas atividades pode permanecer sob forma de insatisfação ou inadaptação, durante muito tempo.

Neste trabalho procurou-se fazer uma reflexão sobre a importância da reconstrução do passado e da reinvigoração da tradição elaboradas pelas populações da Ilha Grande nos dias atuais, em sua defesa de direitos ao território nativo, a partir da transformação deste em unidades de conservação e em local de interesse turístico.

No momento de criação das unidades de conservação os habitantes locais não tinham poder para fazer frente às novas regras impostas e foram despossados de seu modo de vida tradicional. Num momento posterior a noção de população tradicional elaborada por correntes ambientalistas trouxe novos argumentos à questão, valorizando a construção de uma identidade caíçara reafirmadora destes direitos.

Neste sentido, é no confronto com o outro, seja ele representante do Estado, ambientalista, pesquisador ou turista, e a partir de novos olhares sobre o lugar, que se reafirma a importância de resguardar costumes, de elaborar uma memória coletiva e de manter uma coesão interna no grupo de forma a construir relações de poder menos desiguais e de adaptar-se aos novos tempos e às novas demandas.

Estes processos ocorreram por toda a Ilha, guardando diferenças e especificidades em cada uma das localidades. Em quase todas elas, é na memória coletiva que a população tem se apoiado para a defesa de direitos. Por outro lado, a identidade caiçara que desponta revalorizada de todo este processo, anteriormente rechaçada pelos habitantes locais como nomeação de sua desvalorização, passa agora a dar nome à pousadas, restaurantes, barcos e outros marcos do turismo, como um dado de autenticidade e tipicidade.